

## ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS NAS CAPITAIS ESTADUAIS BRASILEIRAS: INDEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA FEDERATIVA

Márcia Miranda Soares\*

Aline Burni\*\*

**Resumo:** O artigo explora as implicações da dimensão federativa no comportamento eleitoral brasileiro. A partir de literatura internacional e nacional, é apontado como a federação pode modelar as disputas políticas dentro de um país e influenciar na definição do voto, quando eleitores escolhem seus representantes nos diferentes níveis de governo. No caso brasileiro, a federação é essencial na modelagem eleitoral. São três níveis autônomos de competição eleitoral – União, estados e municípios – para os cargos políticos dos poderes executivo e legislativo, o que possibilita aos partidos se organizarem em bases territoriais distintas, mas também a conexão entre essas bases no processo de decisão do voto. Para aprofundar o debate, o artigo explora o impacto das eleições executivas nacionais e estaduais sobre as eleições municipais nas 26 capitais estaduais brasileiras no período de 1994 a 2008. Busca verificar, a partir de análise econométrica, se a votação de um partido para presidente e/ou governador influencia na sua votação para prefeito. Os resultados apontam que sim. O bom desempenho do partido na votação para presidente ou para governador impacta positivamente a votação para prefeito. Ainda, a eleição

---

\* É doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É professora adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dentre suas últimas publicações, temos o artigo: “Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1994-2010)”, *Revista Dados*, v. 56, n. 2, 2013. Suas áreas de interesse compreendem federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas. E-mail: marciamsoares@uol.com.br.

\*\* É mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. É pesquisadora do grupo “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”, da UFMG, no qual participou das pesquisas: “Eleições Municipais de 2008 em Belo Horizonte” e “Juventude, Participação e Voto”, realizada em 2010. Atualmente participa do “Grupo de Estudos em Política Externa Comparada”, da UFMG. E-mail: alineburni@gmail.com.

governatorial influencia mais a eleição majoritária municipal. Os achados confirmam a importância das conexões eleitorais federativas para o entendimento do voto, algo que apresenta padrões distintos entre os partidos e os entes federados, merecendo mais pesquisas e publicações.

**Palavras-chave:** Comportamento eleitoral. Federalismo brasileiro. Eleições municipais.

## 1 Introdução

O comportamento eleitoral é um tema bastante trabalhado na Ciência Política, que aponta diversas dimensões explicativas para a tomada de decisão do voto. Uma dimensão pouco considerada é a federativa. A estrutura federativa impacta o comportamento eleitoral ao definir mais de uma esfera autônoma de poder em um Estado nacional, estendendo as possibilidades dos eleitores na escolha de seus representantes políticos. A decisão do voto ocorre em diferentes territórios para a constituição de governos autônomos, o que significa independência dos eleitores na escolha de partidos e candidatos que governarão os níveis nacional e subnacionais. Contudo, as escolhas são feitas por um mesmo conjunto de eleitores, o eleitor de uma localidade escolhe seu prefeito, mas também vota para governador e presidente; ele se submete e avalia o desempenho do governo local, mas também é impactado e avalia as ações dos governos estaduais e nacionais. Isto remete a outro aspecto das eleições em países federativos, a interdependência entre os processos de escolha.

O Brasil é um Estado federado que apresenta três níveis autônomos de governo, União, estados e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Essa estrutura federal tridimensional tem impactos importantes para a dinâmica eleitoral e partidária do país, não somente porque cada nível de governo possibilita uma arena eleitoral específica para a competição partidária, como também porque há influências políticas mútuas entre esses níveis. Combinado a uma configuração política democrática, presidencialista e multipartidária, o federalismo possibilita ao eleitor escolher seus presidentes, governadores e prefeitos com bastante independência. Isso significa que o eleitor tem liberdade para escolher partidos distintos e mesmo em oposição para governar os municípios, os estados e o país. No entanto, influências políticas

operam entre os níveis de governos nos processos eleitorais. Um partido político forte na competição eleitoral para os cargos executivos nacional e/ou estaduais pode impulsionar os votos de seus membros nas eleições municipais e isso pode retroalimentar-se, no sentido de que, ao fortalecer-se no nível municipal, o partido pode também ampliar sua base eleitoral no município nas eleições estaduais e federais.

O federalismo parece, então, apontar para uma dinâmica eleitoral e partidária que combina independência e interdependência entre os níveis de governo. Esta combinação é salutar porque a independência é importante fator de manutenção da autonomia política de cada ente federado, mas também certa interdependência pode favorecer a cooperação intergovernamental na definição e implementação de políticas públicas.

O objetivo do presente trabalho é explorar esta dualidade na dinâmica eleitoral da federação brasileira, considerando o que diz a literatura sobre possíveis impactos do federalismo no comportamento eleitoral. Além da revisão bibliográfica, o trabalho busca identificar padrões de autonomia e interdependência nas eleições dos diferentes entes federados brasileiros a partir de análise descritiva e econométrica da votação dos partidos políticos nas 26 capitais estaduais brasileiras para os cargos de prefeito, governador e presidente no período de 1994 a 2008. A escolha do período decorre de mudanças no calendário eleitoral que ocorreram a partir de 1994, quando as eleições nacionais e estaduais passaram a ser casadas entre si e descoladas das eleições municipais. O objetivo é verificar se as eleições municipais majoritárias sofrem influências das eleições nacionais e estaduais majoritárias que a precederam.

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira é dedicada à apresentação de conceitos e dimensões explicativas da decisão do voto, conforme literatura especializada. Será destacado o quão marginal é a dimensão federativa na literatura que busca explicar o comportamento eleitoral. A segunda seção resgata aspectos da literatura associados ao componente federativo na explicação do voto. Serão destacados fatores apontados pela literatura sobre o impacto do federalismo nos partidos e nas eleições brasileiras. A terceira seção apresenta uma análise descritiva das votações nas capitais estaduais brasileiras no período de 1994 a 2008, contemplando as eleições para presidente, governador e prefeito. A quarta seção apresenta uma análise econométrica que busca explicar em que medida a votação dos partidos para prefeito sofre a influência das eleições

majoritárias para presidente e governador. Partidos fortes nas competições eleitorais para presidente e/ou governador impulsionam seus partidos nas eleições para prefeito? Os resultados encontrados confirmam a hipótese de influência nacional e estadual sobre as eleições municipais. O artigo apresenta, ainda, as considerações finais, com uma síntese e balanço dos achados do trabalho e aponta novas perspectivas de estudos.

## **2 O que explica o voto partidário em regimes democráticos?**

Os estudos sobre comportamento eleitoral procuram compreender como os cidadãos se comportam perante os fenômenos do “mundo político” e, mais pontualmente, como os eleitores decidem seu voto (BORBA, 2005). Nesse sentido, se colocam como questões importantes: quais são os dispositivos acionados pelo eleitor para a decisão do voto? Qual é o papel dos partidos no momento eleitoral? Qual a importância da campanha política? Como se vinculam as atitudes e posicionamentos ideológicos dos cidadãos e suas escolhas eleitorais? Qual a importância do contexto social e econômico para o comportamento do eleitor?

A institucionalização do comportamento eleitoral em área de conhecimento dentro do campo da Ciência Política apresenta como referência três teorias fundamentais surgidas a partir de meados do século XX. Essas teorias se estruturaram em escolas de pensamento e incentivaram o desenvolvimento de pesquisas e a conformação de um arcabouço teórico para a nova área de investigação científica. Contudo, não se trata de explicações conciliáveis e incrementais, mas de perspectivas distintas de análise, passíveis de interlocução e complementações, como tem ocorrido nos estudos e pesquisas de comportamento eleitoral.

Ao final dos anos 1950, a chamada Escola de Michigan elaborou a explicação psicológica do voto, na qual o indivíduo é a unidade de análise para explicar o comportamento político e a decisão do voto. A metodologia defendida para captar os elementos de conformação das preferências individuais seria o *survey*, que utiliza como principal instrumento de pesquisa a realização de entrevistas individuais orientadas por um questionário como fonte de dados. Este questionário é aplicado a uma amostra representativa da população. Os dados obtidos e analisados oferecem parâmetros de conduta que são generalizados para o conjunto da população. Dentre os parâmetros apreendidos por esta escola para

definição do voto, aparecem como importantes o nível de envolvimento e alienação políticos e a identificação partidária, elementos que são influenciados pelo nível educacional, pela idade, pela posição de classe, pelas origens étnicas, religiosas e demográficas e pelas conformações institucionais (principalmente do sistema partidário). Estes aspectos, combinados ao processo de socialização primária do indivíduo – geralmente proveniente do meio familiar –, resultam em “campos” atitudinais que orientam os interesses e as preferências políticas do eleitor. A partir desse referencial analítico, a Escola de Michigan defende que a adesão a partidos é anterior à opção por candidatos, sendo proveniente da socialização primária e apresentando componente emocional. O grau de fidelidade partidária comanda a direção do voto, e, quanto maior o grau de fidelidade partidária, menor a resposta do eleitor a apelos momentâneos das campanhas eleitorais. Outro postulado desta teoria é que a participação e a volatilidade eleitoral decorrem da distribuição do grau de adesão e de alienação política e partidária na sociedade (BORBA, 2005; FIGUEIREDO, 2008).

Também nos anos 1950, o emblemático livro *Voting*, de Berelson et al. (1954), introduziu a perspectiva sociológica, que destaca a importância do contexto social e dos grupos para a compreensão do voto. Essa perspectiva defende que o voto é uma ação individual que resulta de interações sociais, sendo fundamental entender o contexto em que o indivíduo se encontra para compreender sua decisão eleitoral. Dessa forma, o comportamento eleitoral seria uma função da natureza e da densidade das interações em que os indivíduos estão envolvidos, das opiniões que formam a partir daí e do nível de desenvolvimento socioeconômico da sociedade, sendo uma teoria de abordagem macrossocial. A principal perspectiva utilizada pelos teóricos da escola sociológica é a explicação dos resultados eleitorais a partir de dados sociais em diferentes regiões (FREIRE, 2001). Têm destaque nessa escola variáveis socioeconômicas, demográficas e ocupacionais (BORBA, 2005). Diferente da escola psicológica, o foco não é mais o indivíduo; sua identidade partidária é vista como um contrato de representação de interesses sociais entre eleitores e partidos (ou candidatos). De forma conclusiva, a teoria sociológica defende que a decisão do voto depende da natureza das relações sociais em que o indivíduo está envolvido, da identidade política do grupo ao qual pertence e dos apelos momentâneos das campanhas.

A escolha racional ou a teoria “econômica” do voto, também desenvolvida no final dos anos 1950, tem origem no trabalho de Anthony Downs intitulado *An economic theory of democracy* (1957). Essa teoria retoma a perspectiva individual na explicação do voto, mas destaca o componente instrumental e estratégico do comportamento político, similar à conduta dos indivíduos quando atuam no mercado. A esfera da política é concebida como um “mercado político”, no qual os políticos objetivam “vender seus produtos” e os cidadãos assumem o papel de “consumidores” que irão escolher os “produtos” que maximizem seus ganhos (BORBA, 2005). O eleitor é o *homo economicus*, dotado de racionalidade para estabelecer cálculos de custos e benefícios que orientam suas ações. Esse eleitor considera as informações sobre os partidos e os candidatos e a satisfação com a realidade econômica, individual, de seu grupo ou do seu país, para decidir o direcionamento do voto. Portanto, a decisão do voto sofre efeitos da economia e da avaliação que o eleitor faz do governante e de suas políticas, o chamado voto retrospectivo. As respostas que o eleitor oferece aos apelos oposicionistas variam inversamente ao seu grau de satisfação com os atuais governantes. No sentido inverso, as respostas aos apelos situacionistas variam diretamente com o grau de satisfação do eleitorado com os atuais governantes (FIGUEIREDO, 2008). O eleitor também pode fazer uma avaliação prospectiva, buscando identificar quais dos candidatos apresentam melhores ou maiores condições de oferecer políticas que atendam aos seus interesses. A teoria da escolha racional explica o voto a partir de interesses econômicos, se diferenciando das outras escolas que apontavam como relevante a identificação subjetiva, de classe ou a posição no sistema social. Ela não desconsidera que a classe social seja relevante, contudo, de forma indireta, como fator que define os interesses econômicos dos indivíduos. O pertencimento a uma mesma classe social tende a definir posições similares quanto à inflação, à variação na renda dos indivíduos, ao desemprego, entre outros, o que impacta na direção do voto.

Essas três teorias tiveram grande influência nos trabalhos sobre comportamento eleitoral no Brasil. A área de investigação começou a se desenvolver nos anos 1950 com o trabalho pioneiro de Azis Simão (1955) sobre o voto operário em São Paulo. Em seguida, essa área de investigação aprofundou suas descobertas durante os anos 1960 e 1970 através dos trabalhos de Gláucio Soares (1973), das coletâneas organizadas por Bolívar

Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (1975) e de Fábio Wanderley Reis (1978). Nessa época, os estudos utilizavam fortemente os postulados e variáveis das teorias psicológica e sociológica para compreender o comportamento do eleitor brasileiro. Mais recentemente, Marcus Figueiredo (1991) incorporou os fundamentos da teoria racional do voto.

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, várias pesquisas sobre comportamento eleitoral aplicaram os instrumentos analíticos presentes nas três teorias. Algumas adotaram uma única escola como referência e outras buscaram integrar os diferentes paradigmas (BORBA, 2005). Também emergiram críticas aos modelos de explicação do voto. À escola psicológica, a crítica central recaiu na insuficiência da identidade partidária como variável fundamental para explicar o comportamento eleitoral. Isso vale especialmente para o contexto atual, no qual os partidos sofrem uma crise de representação (MANIN, 1995), diminuindo a parcela de eleitores com identidade partidária forte. Os indivíduos deixaram de confiar nesta entidade política como principal instituição de canalização e representação de seus interesses. Em relação ao modelo sociológico, conforme Freire (2001), foi questionada a importância acentuada da integração e das clivagens sociais como preditores do voto. As variáveis de nível macrossocial estariam sendo mais significativas do que as próprias atitudes políticas no nível individual. As clivagens sociais também teriam sofrido modificações profundas ao longo da História e, portanto, os contextos sociais explicativos do voto no século XX podem não ser observados com tanta clareza na atualidade. O mesmo autor aponta críticas direcionadas à teoria econômica do voto, nas quais o cerne é a concepção do voto como ação meramente instrumental, o que desconsidera os componentes ideológicos e subjetivos do mesmo. Há também o aspecto informacional. A teoria do voto econômico tem como pressuposto errôneo que há uma informação perfeita acerca do governo, da situação econômica, dos interesses representados pelos partidos etc, o que constitui a base para o comportamento racional. No entanto, sabe-se que a informação ao alcance do eleitor para que este decida seu voto é imperfeita e incompleta.

Na busca pela explicação do voto, observamos na literatura internacional e nacional poucos estudos dedicados a compreender a influência do arranjo político-institucional federalista sobre os eleitores. No caso brasileiro, que apresenta ao eleitor três níveis diferentes de

constituição de governo e, portanto, de decisão do voto, não há como negar que o federalismo é variável relevante na dinâmica política-eleitoral. Cabe indagar: como o eleitor brasileiro se comporta em cada uma dessas esferas de decisão? Ele considera o desempenho dos governos nos diferentes níveis administrativos para decidir seu voto? Ou será que o cidadão replica sua preferência partidária em todos os planos da federação? São questões que animam este trabalho, que não tem a pretensão de esgotar o tema, mas tão somente fomentar o debate à luz das teorias explicativas do voto e tendo como foco o impacto do arranjo federativo brasileiro sobre o voto.

### **3 A dimensão federativa do comportamento eleitoral e o voto partidário no Brasil**

No âmbito internacional, dentre os trabalhos que analisam a dimensão federativa do voto, temos o de Hamann e Pollock (2010). Os autores comparam Espanha e Alemanha e mostram como aspectos institucionais distintos, relacionados às duas federações, podem influenciar no comportamento do eleitor no que se refere às taxas de comparecimento nas eleições em nível nacional e regional. Na Alemanha, a Câmara Alta corresponde a uma instância de efetiva representação dos *Landers* (unidades subnacionais). As regiões são representadas na Câmara Alta e participam, portanto, da administração e legislação do país. Na Espanha, não há o mesmo mecanismo de representação das regiões. A tese dos autores é que, devido à maior importância das eleições regionais (subnacionais) para a elaboração de políticas públicas no nível nacional, a taxa de comparecimento às urnas no nível regional seria mais conectada à taxa de comparecimento às urnas no nível nacional na Alemanha, comparativamente à Espanha. Ou seja, na Alemanha, quando a taxa de comparecimento é alta nas eleições nacionais, também tende a ser alta nas eleições regionais. Por sua vez, quando a taxa de comparecimento é baixa nas eleições nacionais, a tendência é similar nas eleições regionais. O ponto é que, dada a correlação entre eleições regionais e política nacional, os fatores que afetam o comparecimento no nível nacional tendem a afetar as eleições regionais.

No Brasil, há poucos estudos na área de comportamento eleitoral que centram sua atenção na dimensão federativa do voto. Geralmente, a



federação brasileira é considerada nos trabalhos de forma breve, algo distante da importância que essa forma de Estado parece ter. Grande parte dos estudos mais recentes sobre comportamento eleitoral destaca a decisão do voto e suas implicações para o sistema partidário em apenas um nível de representação, sem relacionar as interações entre os processos eleitorais dos diferentes entes federativos. Assim, temos trabalhos que concentram a investigação no nível nacional (CARREIRÃO; KINZO, 2004; HOLZHACKER; BALBACHEVSKY, 2007); no nível estadual (BORGES et al., 2011) ou no nível municipal (LAVAREDA; TELLES, 2011; BARRETO, 2012; FLEISCHER, 2002).

Outros estudos brasileiros que apresentam a federação no entendimento da dinâmica eleitoral destacam a congruência partidária entre governadores de estado e o governo federal. Mostram que, quando a coalizão do governo estadual coincide com a coalizão nacional, os candidatos desses partidos se beneficiam de uma vantagem competitiva substancial, frente aos candidatos da oposição, na disputa para a Câmara dos Deputados. Inversamente, quando não há correspondência partidária entre os governos das duas instâncias, o partido de oposição ao governo estadual pode levar vantagens no acesso aos programas do governo federal e a recursos patronais para melhorar seu desempenho à Câmara (BORGES et al., 2011).

A federação foi destaque em certa literatura política do início dos anos 2000, cujo foco era o entendimento do sistema partidário e do comportamento no legislativo nacional brasileiro. Estudiosos norte-americanos do Brasil, os chamados *brasilianistas*, como Mainwaring (2001), Ames (2003) e Samuels (2003), defenderam a tese de que o federalismo seria mais um elemento na configuração política do país (além do presidencialismo, multipartidarismo e voto proporcional) a contribuir para a baixa identidade partidária e para o personalismo do voto, resultando em fragmentação e baixa disciplina dos partidos políticos nacionais, sendo o comportamento parlamentar voltado para o atendimento de demandas eleitorais estadualistas e localistas. O resultado seria a dificuldade do Executivo nacional em implantar sua agenda de governo.

Samuels (2003) centrou sua crítica ao federalismo brasileiro no poder dos governadores no processo eleitoral para a Câmara dos Deputados brasileira. A partir de um estudo que utiliza o conceito de

*coattail*<sup>10</sup> para se referir aos efeitos do presidente e do governador sobre as eleições para deputado federal, o autor concluiu que os governadores influenciam mais a votação para a câmara baixa do que o presidente. A conclusão é que os *coattails* governatoriais prevalecem sobre os *coattails* presidenciais e que disto deriva o poder dos governadores na política nacional, em detrimento do presidente.

Soares (2013) analisou o efeito majoritário, da ocupação e postulação aos cargos de presidente e governador de estado, sobre as eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados brasileira no período de 1994 a 2010. Os resultados encontrados não apontaram impactos da ocupação de cargos majoritários, seja presidente ou governador, nas votações dos partidos para deputado federal, o que contraria a tese de Samuels de poder dos governadores sobre as eleições legislativas nacionais. Mas, observou-se que partidos com candidatos fortes à presidência ou aos governos estaduais impulsionaram as votações desses mesmos partidos para deputado federal, sendo os *coattails* governatoriais mais expressivos que os *coattails* presidenciais. Dessa forma, a autora concluiu que há uma dimensão federativa nas eleições para deputado federal e esta diz respeito ao desempenho eleitoral do partido para presidente ou governador nos estados brasileiros. Quanto melhor o desempenho para estes cargos, mais o partido tende a receber votos para o legislativo nacional em seus distritos eleitorais, ou seja, nos estados da federação.

Carreirão e Kinzo (2004) defendem a importância dos partidos nos processos eleitorais através de estudo da preferência e da rejeição partidária relacionada ao voto para presidente no último período da redemocratização brasileira (1989 a 2002). Analisando dados das eleições para presidente e de pesquisas de opinião pública realizadas no período, os autores apontam que a preferência partidária é um elemento importante para identificar em que posição no espectro ideológico se encontra o partido para o qual o eleitor irá votar, ainda que não necessariamente possibilite prever o partido para o qual o eleitor direcionará seu voto. Ademais, a taxa de preferência partidária apresenta certa relação com o nível de escolaridade (são maiores entre os eleitores com 2º grau: em média, neste

---

<sup>10</sup> *Coattail* se refere às abas traseiras de um fraque que, demasiadamente compridas, arrastam objetos ao se deslocar. O termo foi adotado pela Ciência Política dos Estados Unidos para nomear os efeitos que candidatos ou partidos bem votados exercem sobre seus partidários ou aliados em competições eleitorais distintas.

contingente, 51% dos eleitores manifestaram preferência por algum partido). A rejeição partidária, que significa a indicação do eleitor de um partido para o qual ele não votaria de jeito nenhum, parece ter um vínculo claro com o voto, pois, em mais de 98% dos casos em que um eleitor manifestava rejeição a um partido, ele não votava no candidato deste partido.

No âmbito municipal, o trabalho de Telles et al. (2011) considera o aspecto federativo para analisar as eleições municipais de 2008 em Belo Horizonte. Nessas eleições, o governador do estado de Minas Gerais (Aécio Neves – PSDB) e o prefeito da capital mineira (Fernando Pimentel – PT) firmaram uma aliança a favor do candidato do PSB, Márcio Lacerda, contrariando a forte oposição existente entre PT e PSDB no nível nacional. Os autores apontaram como o federalismo tornou-se tema da campanha política, ora para afirmar a autonomia das alianças nos níveis subnacionais, ora para enfatizar um modo distinto de fazer política em Minas Gerais, marcado pela conciliação e a prevalência dos interesses gerais sobre a lógica da política individualista. As repercussões e os desdobramentos desta aliança, rompida no atual contexto das eleições municipais de 2012, apontam como fortes divergências políticas entre alianças nacionais e subnacionais podem ser problemáticas e surtir efeitos na campanha eleitoral e na decisão do eleitor. A aliança de 2008 e sua trajetória até o rompimento de 2012 apontam dois aspectos centrais que queremos destacar neste trabalho: a autonomia e interdependência entre os processos eleitorais e políticos dos diferentes níveis de poder na federação brasileira.

Também no âmbito municipal, e centrado nas conexões federativas eleitorais, o trabalho de Almeida e Carneiro (2008) aponta conexões partidárias entre a arena política local e as arenas estadual e nacional. A proposição é que as organizações partidárias existentes nos vários níveis da federação possibilitam a articulação partidária da política municipal com os níveis superiores. A partir de análises econométricas de dados das eleições estaduais e nacionais de 1994 e 1998 e das eleições municipais de 1996 e 2000, os autores identificam:

a existência de articulação entre níveis do sistema partidário, tanto no subsistema majoritário quanto no proporcional [...]. Há efeitos significativos das votações para prefeito e presidente sobre as votações para governador; das votações para prefeito e governador sobre as votações para deputado federal; das votações para

prefeito, governador e deputado federal sobre as votações para deputado estadual; das votações para governador e deputado estadual sobre as votações para prefeito; e das votações para prefeito sobre as votações para vereador (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008, p. 424).

De forma similar ao trabalho de Almeida e Carneiro, mas com metodologia distinta e escopo mais delimitado, buscaremos neste artigo, nas seções que seguem, apresentar e analisar possíveis influências das eleições majoritárias nacionais e estaduais, para presidente e governador, sobre as eleições para prefeitos nas capitais brasileiras. O objetivo é verificar em que medida as votações dos partidos para prefeito podem ser preditas a partir do desempenho eleitoral que obtiveram esses partidos em eleições majoritárias anteriores para presidente e governador.

#### **4 Força partidária e eleições majoritárias nas capitais brasileiras (1994 a 2008)**

O Brasil, de forma peculiar entre as experiências federativas, apresenta três níveis autônomos de governo. O país compreende 1 União, 26 Estados, 1 Distrito Federal<sup>11</sup> e 5.565 Municípios (IBGE, 2009). Essa configuração resulta em um complexo sistema de representação política que envolve as eleições majoritárias para os cargos executivos nos três níveis: 1 presidente, 27 governadores e 5.565 prefeitos; e as eleições proporcionais para os cargos legislativos: 513 deputados federais, 1.059 deputados estaduais e 51.976 vereadores (TSE, 2012). No nível nacional, o Poder Legislativo é bicameral e temos eleições majoritárias para os 81 membros do Senado, formados pela representação paritária de 3 senadores por Estado e pelo Distrito Federal.

Essa intrincada rede eleitoral envolvendo a disputa por milhares de cargos torna-se ainda mais complexa em um sistema político que combina multipartidarismo e lista aberta na escolha dos candidatos aos cargos proporcionais. Dessa forma, o comportamento eleitoral sofre diretamente a

---

<sup>11</sup> O DF é uma entidade política híbrida, mesclando características de estado e município, tem 1 governador e 24 deputados distritais que são responsáveis pela administração conjunta do DF e de Brasília. Brasília, que corresponde ao mesmo espaço geográfico do DF, é a denominação para a sede do governo distrital e da capital da República Federativa do Brasil.

influência da organização federativa e de outros aspectos institucionais da organização política do país. Também são elementos importantes para pensarmos o comportamento eleitoral no Brasil, em sua dimensão federativa, duas mudanças ocorridas nos anos 90. A primeira foi no calendário eleitoral, as eleições nacionais e estaduais passaram a ser casadas e descoladas em dois anos das eleições municipais. A outra mudança importante foi a introdução da reeleição para cargos do poder executivo nas eleições de 1998, o que possibilitou a presidentes, governadores e prefeitos a recondução aos cargos, por um único período subsequente.

Conforme vimos, podemos pensar as correlações entre as disputas eleitorais nos diferentes níveis da federação tomando como perspectiva diferentes focos analíticos: a influência da eleição de presidentes e governadores sobre a eleição para deputados federais (SAMUELS, 2005; SOARES, 2012); a influência das eleições nacionais e estaduais sobre as disputas partidárias nos municípios (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008). A escolha de um foco é importante em virtude do emaranhado de possibilidades presentes em um cenário eleitoral com tantos cargos em disputas, com tantos partidos e que se estrutura em três níveis territoriais de poder.

O presente trabalho tem como foco as eleições majoritárias para presidente, governadores e prefeitos nas 26 capitais estaduais brasileiras no período de 1994 a 2008. O objetivo é explorar influências das eleições para os cargos executivos nacional e estadual no desempenho dos partidos nas eleições para o chefe do executivo municipal. A escolha pelas eleições majoritárias justifica-se porque são essas que mobilizam maiores recursos e interesse por parte do eleitorado, o que nos leva a supor que as conexões eleitorais federativas possam ser apreendidas mais facilmente nesta perspectiva. Dado que as eleições para presidente e para governador ocorrem concomitantemente e precedem as eleições municipais em dois anos, podemos tomar como proposição central que o bom desempenho de um partido em um município nas eleições para presidente e/ou governador impactará positivamente seu desempenho nas eleições para prefeito nesse mesmo município.

As capitais foram escolhidas como foco da análise porque correspondem a um número restrito de municípios com características mais similares em termos populacionais, econômicos e políticos. Isso não somente possibilita uma análise mais apurada das conexões eleitorais federativas, como concentra essa análise nos principais municípios brasileiros.

O período selecionado, de 1994 a 2008, abrange as eleições nacionais e estaduais de 1994, 1998, 2002 e 2006; e as eleições municipais de 1996, 2000, 2004 e 2008.

O universo analisado compreende os quatorze maiores partidos que se apresentaram para as eleições majoritárias municipais. O critério de corte foi o desempenho médio global dos partidos nas capitais brasileiras, na disputa para prefeito, acima de 5%. A tabela 1 apresenta os partidos que concorreram nas eleições municipais do período abordado neste trabalho e seus desempenhos médios nas capitais em que disputaram a prefeitura, em cada eleição e em todo o período. Disposto em ordem decrescente de desempenho médio global, temos assombreado na parte superior da tabela os quatorze partidos objetos de análise. Esses partidos, somados, obtiveram acima de 90% da votação média global para prefeito e governador, e 88% da votação para presidente. Os outros partidos, considerados nanicos, apesar de participação considerável nas disputas majoritárias, apresentam resultados muito baixos de votação. Tal seleção possibilita centrar a análise nos partidos relevantes, que são competitivos e conquistam os cargos majoritários em disputa.

Tabela 1 – Partidos políticos nas eleições majoritárias municipais  
Média de votação nas capitais (1996 a 2008)

Partido			1996	2000	2004	2008	Período
Sigla	Nome	Número Eleitoral	Média Votos (%)	Média Votos (%)	Média Votos (%)	Média Votos (%)	Média Votos (%)
PT	Partido dos Trabalhadores	13	26,0	29,8	31,5	30,0	29,3
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	26,3	25,3	29,3	29,6	27,6
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	25,4	23,3	19,8	30,4	24,7
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	15,5	24,3	20,3	34,5	23,6
PFL/DEM	Partido da Frente Liberal/Democrata	25	26,6	23,4	17,6	16,2	20,9
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	11,3	19,5	22,8	23,8	19,4
PP/PPB/PP (1)	Partido Progressista Reformador/ Partido Progressista Brasileiro/ Partido Progressista	11	20,1	15,8	16,7	24,3	19,2
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	21,6	17,9	16,6	11,3	16,8
PSD	Partido Social Democrático	41	2,9	30,2			16,5
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65	5,0	16,0	11,1	17,7	12,4

PL/PR (2)	Partido Liberal	22	1,0	10,3	15,2	22,9	12,3
PPS	Partido Popular Socialista	43	1,6	16,3	21,6	9,9	12,3
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10				11,5	11,5
PV	Partido Verde	43	0,9	2,9	3,1	25,8	8,2
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	2,0	0,0	0,5	9,6	3,0
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional	56		1,4	3,8		2,6
PSL	Partido Social Liberal	17	0,2	6,4		0,5	2,3
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50				2,2	2,2
PRN/PTC (3)	Partido da Reconstrução Nacional/ Partido Trabalhista Cristão	36	0,7	0,1	2,5	1,3	1,9
PSC	Partido Social Cristão	20	1,5	0,3	1,5	2,7	1,5
PRP	Partido Republicano Progressista	44	1,7	0,9	1,4		1,3
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	1,1	0,2	0,4	2,6	1,1
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	0,0	0,4	1,8	1,8	1,0
PST	Partido Social Trabalhista	52/18	0,8				0,8
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	0,5	0,7	0,8	0,9	0,7
PAN (4)	Partidos dos Aposentados da Nação	26	1,1	0,1	0,7		0,6
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	0,5	0,3	0,8	0,8	0,6
PSN/PHS (5)	Partido Solidarista Nacional/Partido Humanista da Solidariedade	31	0,2	0,8	0,6	0,3	0,6
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	0,2		0,1	1,2	0,5
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70	0,4	0,6	0,6	0,3	0,4
PCO	Partido da Causa Operária	29	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores	30	0,1	0,2			0,1

**Fontes dos dados:** TSE (2012), Nicolau, Jairo (2006), Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006).

**Notas:**

- (1) O PPR fundiu-se com o PP em 1995 e passou a se chamar Partido Progressista Brasileiro (PPB). O PPB mudou seu nome para Partido Progressista (PP), em 2003.
- (2) O PL fundiu-se com o PRONA para criar o PR, em 2006.
- (3) O PRN passou a chamar-se Partido Trabalhista Cristão (PTC), em 2001.
- (4) O PAN incorporou-se ao PTB, em 2007.
- (5) O PSN, fundado em 1995, passou a se chamar Partido Humanista da Solidariedade (PHS), em 1997.

A Tabela 2 apresenta a votação média dos partidos para prefeito, governador e presidente nas 26 capitais estaduais. O Gráfico 1 ilustra a situação dos partidos nessas três disputas eleitorais. Observamos que

somente PT e PSDB tiveram votações expressivas nas eleições majoritárias dos três níveis de governo. Na sequência, temos partidos como PMDB, PSB, PFL/DEM que centraram suas candidaturas no âmbito subnacional, fazendo alianças políticas para as eleições nacionais<sup>12</sup>. O PDT não fez a mesma opção, teve candidaturas próprias à presidente em 1994, 2002 e 2006, mas com baixos resultados eleitorais. Os demais partidos têm a votação concentrada nas eleições majoritárias municipais. O que parece um bom desempenho médio para governador de PTB, PP e PSD, na verdade, diz respeito a situações isoladas em capitais estaduais, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Votação média total dos partidos para os cargos majoritários, nas capitais, de 1994 a 2008

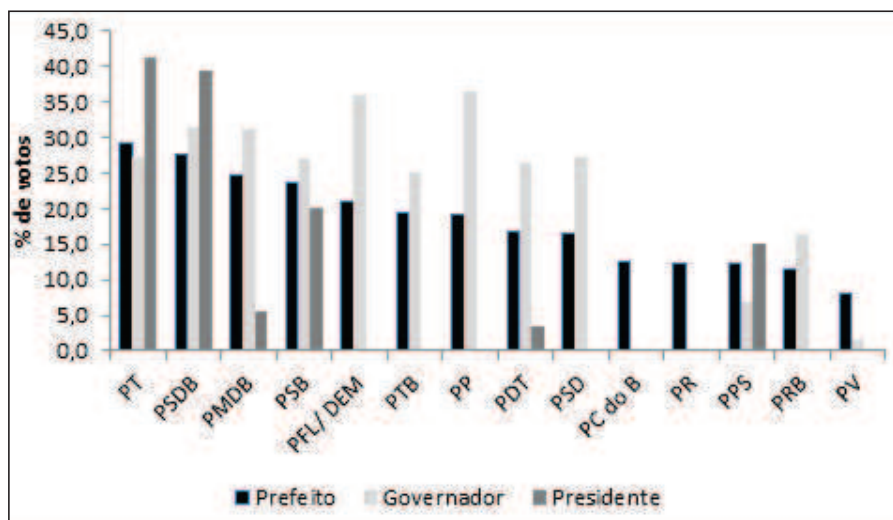
Partido	Prefeito		Governador		Presidente	
	N*	% de votos	N*	% de votos	N*	% de votos
PT	80	29,3	53	27,3	80	41,2
PSDB	58	27,6	30	31,4	58	39,5
PMDB	54	24,7	36	31,2	17	5,5
PSB	40	23,6	16	26,9	12	20,1
PFL/ DEM	44	20,9	13	36,0	0	-
PTB	28	19,4	6	25,1	0	-
PP	35	19,2	2	36,4	0	-
PDT	40	16,8	21	26,5	19	3,6
PSD	5	16,5	1	27,3	0	-
PC do B	18	12,4	0	-	0	-
PR	15	12,3	0	-	0	-
PPS	29	12,3	5	7,0	21	15,0
PRB	2	11,5	1	16,3	0	-
PV	22	8,2	6	1,6	6	0,3

\* O N corresponde ao número de capitais com dados de votação dos partidos para os cargos em questão. Portanto, não corresponde ao número de capitais em que o partido disputou os cargos, mas oferece uma boa aproximação desta situação.

<sup>12</sup> PMDB teve candidatura própria para presidente em 1994, apoiou o PSDB em 1998 e o PT em 2002 e 2006. O PFL/DEM aliou-se ao PSDB em todas as disputas presidenciais do período. O PSB apoiou o PT nas eleições presidenciais em 1994 e 1998, teve candidatura própria em 2002 e voltou a apoiar o PT em 2006.



Gráfico 1 – Votação dos partidos nas capitais para Prefeito, Governador e Presidente (média 1994 a 2008)



Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

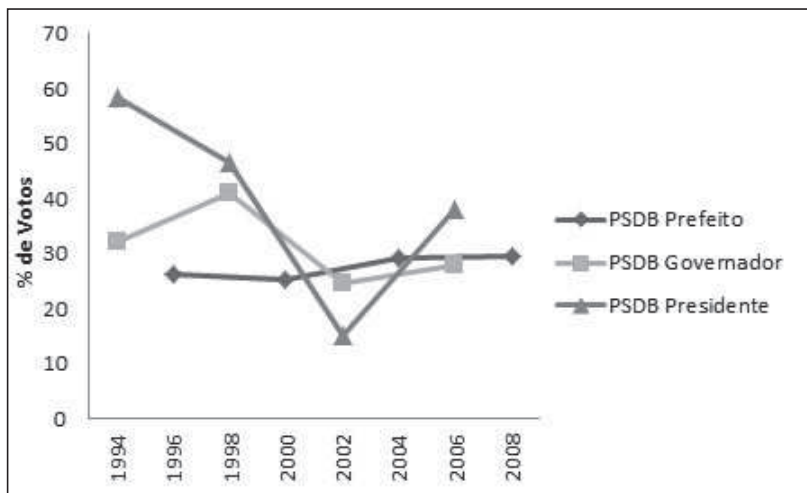
Apurando melhor os dados acima, temos os gráficos abaixo que apresentam, respectivamente, o desempenho do PT e PSDB nas três competições e do PMDB, PSB e PFL/DEM nas competições subnacionais.

Os gráficos 2 e 3 mostram as variações na votação dos dois principais partidos que disputaram e ocuparam a presidência no período. Observamos comportamentos distintos entre PSDB e PT. O PSDB apresenta votação mais regular e ligeiramente crescente para prefeito nas capitais e desempenho irregular e discrepante nas competições para presidente e governador. O PT tem um comportamento mais regular nas votações, com sentido ascendente. Contudo, também tem um padrão mais regular e menos volátil para prefeito e mais irregular para presidente e governador, estas últimas duas competições com padrões bastante similares de evolução dos votos.

O PMDB, PSB e PFL/DEM também apresentam comportamentos diversos nas competições subnacionais. O PMDB apresenta padrões de votação para prefeito e governadores com tendência muito similar e uma variação entre 20% e 35% nas disputas, indicando possível associação entre as duas competições eleitorais. O PFL/DEM apresentou tendência decrescente nas votações para prefeito e governador, inversamente ao

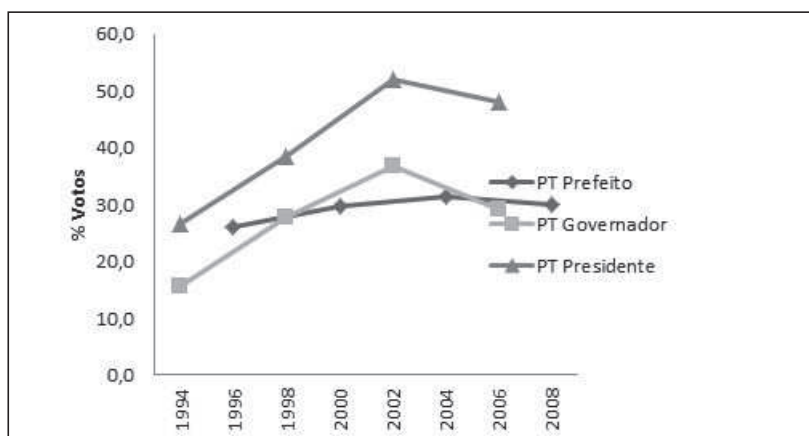
ocorrido com o PSB, que tem evolução positiva nos votos para governador e prefeito.

Gráfico 2 – Votação do PSDB para Prefeito, Governador e Presidente (1994 a 2008)



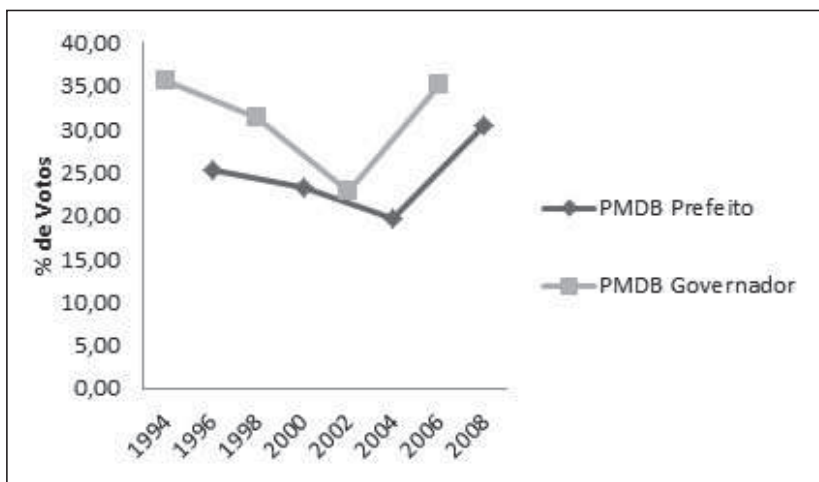
**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Gráfico 3 – Votação do PT para Prefeito, Governador e Presidente (1994 a 2008)



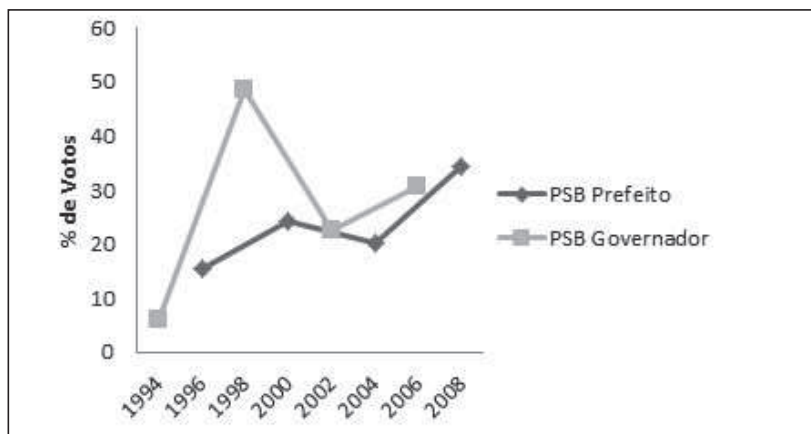
**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Gráfico 4 – Votação do PMDB para Prefeito e Governador  
(1994 a 2008)



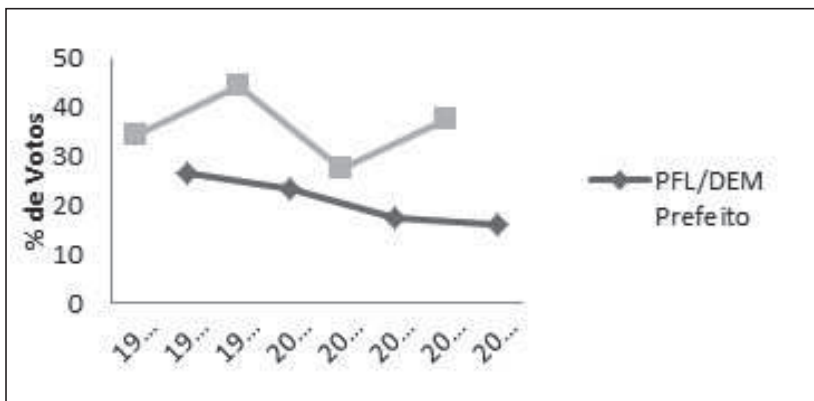
**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Gráfico 5 – Votação do PSB para Prefeito e Governador  
(1994 a 2008)



**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Gráfico 6 – Votação do PFL/DEM para Prefeito e Governador  
(1994 a 2008)



**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

## 5 Influências nacional e estadual nas eleições para a prefeito nas capitais brasileiras (1994 a 2008)

Esta seção utiliza a análise econométrica para inferir influências nacional e estaduais nas eleições para prefeitos das capitais estaduais brasileiras no período de 1994 a 2008. O banco de dados construído para a análise tem, predominantemente, informações eleitorais disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012) em seu sítio eletrônico. Dados de população e PIB foram obtidos no Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Educação (IDHM Educação) foi obtido na página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012).

### 5.1 Variáveis e hipóteses

A variável dependente de nossos modelos analíticos é a votação recebida pelo partido político para o cargo de prefeito (Votação Prefeito), nas 26 capitais brasileiras, em cada uma das últimas quatro eleições (1996, 2000, 2004 e 2008). A métrica utilizada é o percentual de votos recebido

pelo partido para prefeito na capital, no primeiro turno, em relação ao total de votos válidos distribuídos entre os diversos partidos nesta disputa majoritária. Espera-se que esta variável seja impactada pelo seguinte conjunto de variáveis independentes:

- 1) Votação do partido para presidente na eleição anterior (Votação Presidente). O bom desempenho do partido nas eleições presidenciais na capital pode impulsionar a votação do mesmo partido nas eleições seguintes para prefeito.
- 2) Votação do partido para governador na eleição anterior (Votação Governador). O bom desempenho de um partido nas eleições governatoriais na capital também pode ser um propulsor para a votação do partido para prefeito.
- 3) Partido está à frente da prefeitura e o prefeito disputa a reeleição (Prefeito Incumbente). O fato de ter um candidato que está à frente da prefeitura por ocasião das eleições e busca sua reeleição pode significar o acesso a importantes recursos de governo (cargos, verbas públicas e execução de políticas públicas) e impactar positivamente a votação dos partidos para prefeito.
- 4) Votação do partido para prefeito na eleição imediatamente anterior (Votação Prefeito Anterior). A votação anterior do partido para prefeito na capital pode ser um preditor de sua votação a esse cargo em eleição corrente. Esta variável aponta um capital eleitoral do partido que pode se perpetuar ao longo do tempo nas competições majoritárias municipais, independente das eleições nos outros níveis.
- 5) Produto Interno Bruto per capita do município (PIB Municipal Per Capita). Mesmo trabalhando com as capitais, municípios que se destacam no cenário nacional em termos de desenvolvimento econômico, há diferenças entre esses municípios com respeito à riqueza produzida e sua população. Cabe verificar se maior desenvolvimento econômico impacta a votação dos partidos para prefeito.
- 6) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Educação (IDHM Educação). O IDHM, elaborado com base em dois indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar) pode impactar na votação dos partidos. Vários estudos e pesquisas eleitorais, entre eles o de Kinzo e Carreirão (2004),

apontam a escolaridade como fator que impacta as preferências partidárias.

A partir dessas variáveis, as hipóteses de trabalho sustentam que a votação do partido político para o cargo de prefeito aumenta se:

- H<sub>1</sub>: maior for a votação do partido para o cargo de presidente (Votação Presidente);
- H<sub>2</sub>: maior for a votação do partido para o cargo de governador (Votação Governador);
- H<sub>3</sub>: o partido tem um prefeito que concorre à reeleição (Prefeito Incumbente);
- H<sub>4</sub>: maior for a votação recebida para prefeito em eleição anterior (Votação Prefeito Anterior);
- H<sub>5</sub>: maior for a renda per capita (PIB Municipal Per Capita);
- H<sub>6</sub>: maior for o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Educação (IDHM Educação)

## 5.2 Modelos Analíticos

Para testar as hipóteses acima, foi utilizada a análise de regressão estatística. A escala de mensuração das principais variáveis e a quantidade de variáveis independentes, assim como a associação observada entre estas e a variável dependente, levaram à adoção do modelo de regressão linear multivariada.

Foram definidos seis modelos de regressão. O primeiro modelo inclui todas as variáveis independentes, à exceção de “Prefeito Incumbente” e “IDHM Educação”, que apresentam alta correlação com “Votação Prefeito Anterior” e “PIB Municipal Per Capita”, respectivamente. Os modelos 2 e 3 são similares ao modelo 1, mas intercalam “Votação Presidente” e “Votação Governador”. Os modelos 4, 5 e 6 diferem dos três primeiros ao substituir “Votação Prefeito Anterior” por “Prefeito Incumbente” e PIB por IDHM.

## 5.3 Resultados

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos para os seis modelos adotados. No primeiro modelo, que inclui “Votação Presidente” e

“Votação Governador”, somente a variável referente à votação anterior obtida pelo partido para prefeito apresenta significância estática, com alto coeficiente. Nos segundo e terceiro modelos, que intercalam a votação nacional e estadual, observamos que, além da votação anterior do partido, também as variáveis “Votação Presidente” e “Votação Governador” impactam na votação para prefeito, sendo o efeito governatorial maior que o presidencial. Nos outros três modelos, quando substituímos “Votação Anterior Partido” por “Prefeito Incumbente”, e PIB por IDHM Educação, observamos no modelo 4, que inclui as variáveis “Votação Presidente” e “Votação Governador”, somente o impacto da votação para governador. Nos modelos 5 e 6, que intercalam estas duas variáveis, temos no primeiro somente o efeito da “Votação Presidente” e no modelo 6 somente o efeito da “Votação Governador”. Assim, o partido ter um prefeito que concorre à reeleição não mostrou significância estatística na explicação da votação recebida pelo partido para prefeito. Nos seis modelos, PIB e IDHM Educação não apresentaram impactos sobre a variável dependente, talvez por se tratar de capitais, que apresentam maior homogeneidade econômica e social. Também devemos considerar que a série temporal é curta e dificulta obter certas influências menos agudas.

Os resultados cumprem o propósito desta seção, que foi verificar se as votações dos partidos para presidente e/ou governador impactam a votação partidária para prefeito. Os achados confirmam as hipóteses de que o crescimento da votação do partido para presidente ou para governador impactam positivamente o desempenho eleitoral do partido para prefeito. Estes achados enfatizam a importância da dimensão federativa para o devido entendimento do comportamento eleitoral. Contudo, o melhor preditor para a votação de um partido para prefeito é a votação que ele obteve na eleição imediatamente anterior para este mesmo cargo. Isto significa que a dinâmica partidária e eleitoral nos municípios opera principalmente segundo variáveis internas que independem da competição política nos outros níveis de governo. Ainda, os modelos apresentados apontam que a votação para governador tem maior efeito sobre a votação para prefeito que a votação obtida para presidente. Esses achados são congruentes com a análise descritiva da seção 3, quando observamos certa congruência na votação do PT para os cargos majoritários, mas padrão irregular para o PSDB, e maior congruência na votação de governador e prefeito para PMDB, PSB e PFL/DEM, que,

conforme visto na seção anterior, concentraram suas candidaturas nas eleições estaduais e municipais, se coligando a partidos com maiores chances de êxito para a presidência.

Tabela 3 - Efeitos federativos nas eleições para Prefeito (1994-2008)

**Variável Dependente: Vot ação partidária para Prefeito**

	<b>Modelo1</b>	<b>Modelo2</b>	<b>Modelo3</b>	<b>Modelo4</b>	<b>Modelo5</b>	<b>Modelo6</b>
Constant	3.649 (5.676)	6.926* (4.012)	3.637 (4.767)	44.15* (25.61)	36.78* (19.98)	47.70** (21.35)
<b>Variáveis Independentes</b>						
Votação Presidente	0.0285 (0.0852)	0.155** (0.0731)	--	0.0940 (0.0785)	0.231*** (0.0558)	--
Votação Governador	0.148 (0.101)	--	0.229*** (0.0844)	0.286*** (0.0821)		0.374*** (0.0634)
Prefeito Incumbente	--	--	--	2.313 (3.615)	-1.019 (2.651)	2.559 (2.667)
Votação Prefeito Anterior	0.577*** (0.113)	0.521*** (0.0854)	0.562*** (0.0931)	--	--	--
PIB Municipal Per Capita	0.0327 (0.176)	0.0822 (0.129)	-0.0163 (0.160)	--	--	--
IDHM Educação	--	--	--	-33.40 (29.15)	-20.45 (23.00)	-38.16 (23.99)
Observações	75	121	105	134	226	211
R <sup>2</sup> ajustado	0.370	0.291	0.397	0.108	0.060	0.152

**Fonte:** Elaboração das autoras a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Erro padrão entre parênteses.

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

## 6 Considerações finais

O artigo teve como propósito mostrar a importância da dimensão federativa no entendimento do comportamento eleitoral. Entendemos que a tarefa foi bem sucedida. A primeira seção foi dedicada a uma revisão da bibliografia sobre comportamento eleitoral, apontando as principais escolas que explicam a decisão do voto: a psicológica, a sociológica e a da escolha racional. Essas escolas continuam a orientar estudos e pesquisas sobre eleições ao redor do mundo, contudo, elas sofreram críticas, inovações e complementações. Acreditamos que, dentre estas complementações, cabe



introduzir a dimensão geográfica do voto. Indivíduos votam em localidades, regiões e países para diferentes cargos de representação política e isso é fator importante na conformação das preferências eleitorais. Particularmente, essa perspectiva vale para países federalistas, nos quais o poder político está dividido em mais de uma esfera autônoma de governo. Este é o caso brasileiro.

Na segunda seção, tratamos da literatura que incorpora a dimensão federativa em suas análises. Analisamos mais detidamente a literatura que trata do caso brasileiro e verificamos, entre os brasilianistas, o caráter negativo na leitura do impacto do federalismo sobre a decisão do voto. Em relação ao foco, há trabalhos que centram sua análise nas conexões eleitorais federativas existentes entre diferentes níveis territoriais e cargos em disputa. Esses trabalhos apontam efeitos das eleições presidenciais e governatoriais sobre as eleições para deputado federal (SAMUEL, 2005; SOARES, 2012); conflitos federativos nas disputas municipais (TELLES et al., 2011), conexões partidárias e eleitorais diversas entre a arena política local e as arenas estaduais e nacional (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008).

A seção 3 utilizou estatística descritiva para apresentar os dados das eleições majoritárias nas capitais estaduais brasileiras, no período compreendido entre 1994 a 2008. Verificamos que quatorze partidos foram mais expressivos nas votações para prefeito no período, destacando-se PT, PSDB, PMDB, PSB e PFL/DEM. A observação e a comparação da evolução desses partidos nas votações para os cargos majoritários apontam para alguns indicativos de correlação. Se a votação para presidente parece impactar a votação para prefeito, e isto é mais claro para o caso do PT, não obstante, é a votação para governador que parece ter maior impacto na votação do partido para prefeito, conforme vimos para PMDB, PSB e PFL/DEM. Assim, um aspecto importante e não desenvolvido no âmbito deste trabalho, mas que recomenda mais e melhores investigações, é que os partidos têm estratégias e resultados muito distintos nas conexões eleitorais majoritárias.

A seção 4 utiliza análise econométrica para testar se o desempenho eleitoral dos partidos para presidente e/ou governador impacta a votação dos partidos para prefeito. Os resultados enfatizam hipóteses já delineadas na seção 3. A votação para presidente tem efeito sobre a votação do partido para prefeito, mas de forma menos expressiva que a votação de governador. Esse também é um campo que merece melhor exploração, buscando

entender como se articulam, em termos partidários e eleitorais, as escolhas dos cidadãos nos diferentes níveis da Federação.

Em suma, podemos afirmar que há influência partidária e eleitoral nacional e estadual sobre os partidos e a decisão do voto no nível municipal. Contudo, esta influência não altera o fato de que os municípios, e isto vale ao menos para as capitais, operam com autonomia nas tomadas de decisão para escolha de seus representantes políticos.

## **MAJORITY ELECTIONS IN THE CAPITAL CITIES OF BRAZILIAN STATES: FEDERATIVE INDEPENDENCE AND INTERDEPENDENCE**

**Abstract:** This paper investigates the effects of federalism in electoral behaviour in Brazil. Based on the international and national literature, we indicate how federalism can pattern the electoral race in a country and influence the vote decision when voters cast their vote for different governing spheres. In the Brazilian case, federalism has an important role on the election patterns. There are three autonomous electoral levels – Union, states and municipalities – all with political competition for the Executive and Legislative Branches. This enables parties to develop different territorial support, but also the association of these supports in the process of vote decision. In the aim to deepen the debate, this paper explores the impact of the national and regional elections on the local elections in 26 Brazilian state capitals from 1994 to 2008. Using an econometric analysis we seek to test if the presidential and/or governor vote share for one party has an impact on its mayor's vote share. Findings suggest a positive answer. A good performance of a party in the president or governor elections has a positive impact on its local share of votes. Besides that, the governor election is one that influences more the voting majority in local election. Our findings confirm the importance of the electoral federative connections to understand voting, which shows significantly different patterns between parties and federal spheres. This issue deserves more research and publications.

**Keywords:** Electoral behaviour. Brazilian Federalism. Municipal elections.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 403-432, 2008.
- AMES, Barry. *Os Entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 283-306, 2007.
- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 285-318, 2012.
- BERELSON, Bernard R.; LAZARFELD, Paul F.; MCPHEE, William N. *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, , p. 147-168, 2005.
- BORGES, André; SANCHEZ FILHO, Alvino; ROCHA, Carlos. La conexión subnacional: geografía del voto y coaliciones electorales en el federalismo brasileño. *Revista SAAP*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 323-357, 2011.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D’Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. Harper: Universidade de Michigan, 1957, 310 p.
- FERNANDES, António Teixeira. Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica. *Sociologia, Problemas e Prática*, n. 39, p. 209-212, 2002.
- FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, Campinas, V. VIII, n. 1, p. 80-105, 2002.
- FREIRE, André. *Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

HAMMAN, Kerstin; POLLOCK, Philip H. Does the type of federalism make a difference for electoral behavior? Comparing Spain and Germany. Prepared for presentation at the *Annual Meeting of the American Political Science Association*, Washington D. C., September 2-5, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC), 2009.

\_\_\_\_\_. *Produto interno bruto dos municípios*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios)>. Acesso em: ago. 2012.

LAMOUNIER, Bolívar, CARDOSO, Fernando H. (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. *Como o eleitor escolhe o seu prefeito: voto e campanha em eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1995.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Ranking do IDH dos Municípios 2003*. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003)>. Acesso em: ago. 2012.

REIS, Fabio Wanderley. *Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora*. In: REIS, Fabio Wanderley. *Os partidos e o regime, a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

SAMUELS, David J. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge University Press, 2003.

SIMÃO, Azis. *O voto operário em São Paulo*. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo, 1955.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOARES, Márcia M. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1994-2010). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013, p. 413-437.

TELLES, Helcimara; LOURENÇO, Luiz C.; STORNI, Tiago Prata L. Eleições sem oposição, alianças sem partidos: o voto para prefeito em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (Org.). *Como o eleitor escolhe*

*seu prefeito*: campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: FGV, 2011, 404 p.

TSE. *Estatísticas do TSE*. Eleições 2008. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est\\_result/candidatosVaga.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/candidatosVaga.htm)>. Acesso em: 9 set. 2012.